

ECONOMIA SEM FREIOS

Brasil

Principal especialista brasileiro na área fiscal prevê turbulência no início de 97, mas acredita que crescimento manterá o ritmo

José Negreiros
Correspondente

Nova York — O governo não tomará qualquer medida adicional para desaquecer a economia como forma de compensar aumento do déficit comercial que deverá ficar este ano entre US\$ 4 e US\$ 5 bilhões.

Não fará por duas razões: 1- Uma recessão atrapalharia negociações para aprovar emenda que permita reeleger o presidente Fernando Henrique; 2- Se a atividade econômica cair, a expectativa de crescimento real da arrecadação (13% acima da inflação) não se cumprirá.

A previsão foi feita na quarta-feira a um grupo de operadores financeiros americanos pelo economista Raul Velloso, ex-chefe da assessoria econômica da Seplan e maior especialista brasileiro em matéria fiscal.

Ele participou de seminário sobre o assunto patrocinado pelo Banco Fonte-Cindam. "Haverá uma certa turbulência no primeiro trimestre até começarem a sair projeções sobre déficit comercial entre US\$ 6 e US\$ 7 bilhões e déficit público de 2,5% do PIB", afirmou o economista. "Mas bastará que o País demonstre que vai cumprir tais metas para acabar com a especulação".

O freio na economia já foi dado este ano, quando o Banco Central

desistiu de reduzir as taxas de juros para um nível mais baixo, quando a inflação medida pelo Índice Geral de Preços (IGP) foi zero (agosto). Fez isso diante da deterioração da balança comercial, num momento em que as medidas adotadas há pouco tempo para afrouxar o rigor monetário anterior ainda não tinham produzido todo o seu efeito.

"O ministro Simonsen costuma dizer que inflação aleija, mas balanço de pagamentos mata. Adaptando a frase para a situação atual eu diria que taxa de juros alta aleija, mas balança comercial deficitária mata", brincou, argumentando que assim que passar o aperto o BC voltará a reduzir os juros.

Velloso disse que a grande dificuldade que o Brasil enfrenta hoje no mercado internacional é a criação da própria equipe econômica, ao se comprometer com reformas estruturais para completar o processo de estabilização da economia iniciado com a queda da inflação.

"Agora, as reformas não são mais necessárias, mas a cabeça dos americanos funciona pela cartilha: prometeu, tem que entregar", explicou Velloso. Pelo menos três operadores que participaram do debate disseram que foram convencidos pelos argumentos do economista, mas acham que o chamado establishment continuará cobrando do presidente medidas mais duras.

CENÁRIO

O cenário que Velloso apresentou aqui para o ano que vem foi o seguinte: haverá superávit da Previdência Social de US\$ 0,9 bilhão em 1997.

O número será consequência do fim de pagamento parcelado do reajuste de benefícios autorizado pela Constituição de 1988, menor reajuste atual de benefícios em virtude da utilização de indicadores menos inflacionários para corrigir o salário mínimo (base de tais cálculos) e aumento da massa salarial sobre a qual se arrecada a contribuição.

A arrecadação de impostos dará um salto nominal recorde de quase 20%. Descontada previsão de inflação de 6,5% e crescimento de PIB de 4%, restaria um saldo real de quase 10%.

Esse número é resultado da receita de US\$ 5,3 bilhões esperada com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e de US\$ 2,5 bilhão prevista com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e com a Contribuição sobre o Lucro.

"Tudo isso já foi enviado ao Congresso. Foi plantado. Basta colher, mas para tanto é necessário que a economia cresça mesmo aqueles 4% que o ministro Pedro Malan diz que vai crescer, pois a receita é consequência da movimentação de bens e serviços. É por isso que o BC não pode pisar ainda mais no freio", afirma Velloso.

Além daqueles dois fatores, ele lembrou também que o governo conseguiu controlar o sistema de reajuste salarial do funcionalismo público aplicando a ele a mesma

PROJEÇÕES PARA 97

Inflação

6%

(11% em 96)

Crescimento do PIB

3%

(4% em 96)

Déficit comercial

US\$ 6/7

bilhões (US\$ 4/5 bilhões em 96)

Taxa de juros real

12%

(16% em 96)

OBS: Estimativa de Raul Velloso

sistemática do salário mínimo — índice inferior à maior taxa de inflação.

A folha de pagamento do funcionalismo público passou de US\$ 2,3 bilhões no período 1991/95 para US\$ 3 bilhões no período que vai deste ano até 1999, em termos reais. Ou seja, na prática o governo Fernando Henrique Cardoso foi o mais generoso desde a redemocratização, porque não teve inflação — encarregada no passado do papel sujo — para comer o aumento de salário que deu no primeiro ano

de mandato, explicou Velloso.

DINHEIRO NOVO

A maneira de pagar aquele pulo de 30% real foi multiplicar a arrecadação. Para tanto, a Secretaria da Receita Federal trabalhou nos últimos meses para evitar pacotes de final de ano que enfrentavam a antipatia do Congresso e o Tesouro promete esterilizar boa parte do dinheiro novo que entrará em seus cofres na forma de CPMF. "Quer dizer, só um desastre evitará um grande desempenho econômico em 1997", diz Velloso: "O dever de casa já foi todo feito".

O cenário traçado por Velloso está na contramão do que diz grande parte dos críticos, especialmente estrangeiros, para quem sem reformas econômicas o Brasil continuará permanente fonte de tensão no mercado internacional. Hoje, o maior foco dessa tensão é o desequilíbrio comercial.

Os operadores que aceitam as ponderações dele observam que, no mínimo, o Brasil teria que privatizar, pois aí ficaria no melhor dos mundos. O economista responde que não é contra reformas ou privatização e sim a favor de projeções sobre a economia brasileira com base em estatísticas mais recentes sobre contas públicas.

Segundo ele, o quadro que traça para 1997 também leva em conta versão mais pessimista, na qual o déficit público operacional (somado aos juros da dívida) ficariam em 3% do PIB, ainda assim perfeitamente suportável pelo mercado internacional.

"É um absurdo que com uma situação tão favorável o Brasil ainda tenha uma classificação inferior a

México, Argentina, Venezuela e Rússia", estranha Velloso. "O risco de aplicar no Brasil é menor do que em todos esses países", diz.

Isso decorre do caráter ideológico das reformas. O ano de 1997 visto pelo economista dá ao governo situação confortável que o mais demagogo dos presidentes teria grande dificuldade para atirar pela janela.

PAÍS CONFUSO

Quando vêm aos Estados Unidos, contudo, nem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, nem o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, utilizam tais números ou argumentos. A frase mais criativa de ambos para explicar o país mais confuso abaixo do Rio Grande é: "A inflação é a mais baixa desde 1957".

Se tivesse mais informação e uma interpretação delas menos convencional, a disposição para investir no Brasil poderia estimular mais a cobiça dos bancos que administram grande quantidade de dólares atrás de boa remuneração.

Quem quer ganhar dinheiro no país, por intermédio de investimento direto ou aplicação em bolsa, está preso na armadilha criada pelo próprio governo: a idéia de que os déficits fiscal e comercial só baixarão se o Congresso aprovar algumas reformas econômicas.

E que para aprová-las é preciso reeleger Fernando Henrique. Como essas duas coisas são complicadas, cada baque nas contas dá um susto em Wall Street. Os donos do dinheiro estão assustados agora com o apetite brasileiro por importações.